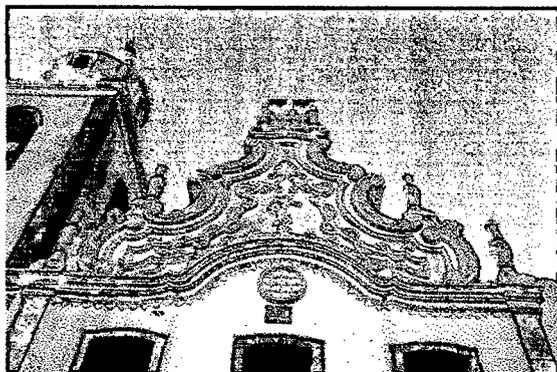


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**A INFLUÊNCIA BARROCA NOS TEMPLOS RELIGIOSOS**

**DA CIDADE DO NATAL/RN: UM ESTUDO DA SUA**

**ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.**

**SMALLY GALVÃO MOREIRA**



**NATAL/RN**

**2004.2**

SMALLY GALVÃO MOREIRA



**A INFLUÊNCIA BARROCA NOS TEMPLOS RELIGIOSOS DA CIDADE  
DO NATAL/RN: UM ESTUDO DA SUA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.**

Monografia apresentada à  
disciplina *Pesquisa II*, ministrada e  
orientada pela professora Ms.  
Maria da Conceição Guilherme  
Coelho, do Curso de História da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte.

NATAL/RN

2004.2

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, Newton e Salete, meus irmãos Stello e Stélio e a Marília, que somaram forças, dividiram esforços e diminuíram o cansaço, multiplicando resultados.

A Deus, que me proporcionou força de vontade e perseverança necessária para reerguer a cabeça quando o horizonte não era tão perto, quanto se imaginou.

A minha orientadora, professora Ms. Conceição Coelho, que acreditou no tema e deu o impulso inicial necessário.

Aos amigos, entre eles e mais do que todos Manoel Bezerra, que não foram apenas parceiros de momentos, mas companheiros de horas difíceis.

Por fim, ao Curso de História em si, que me proporcionou, através de seus professores, um conhecimento indispensável e de grande importância na minha atividade profissional, muito obrigado à Aurinete e Wicliffe.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	05
CAPÍTULO 1 – O BARROCO SUA ORIGEM E INFLUÊNCIA .....	11
1.1. A relação entre religião, política e arte .....	12
1.2. A influência do Barroco português na composição de uma manifestação brasileira.....	18
CAPÍTULO 2 – AS ORDENS RELIGIOSAS E LEIGAS NA DIFUSÃO DO BARROCO ..	24
2.1 As ordens e a política econômica metropolitana .....	26
CAPÍTULO 3 – A IGREJA DE SANTO ANTONIO E A DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS NO CASO NORTE-RIOGRANDENSE .....	32
3.1. A Igreja de Santo Antonio: estrutura arquitetônica e constituição social .....	33
3.2. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos: formação estilístico-arquitetônica e extrato social correspondente.....	40
3.3. A evolução do estilo artístico arquitetônico e a influência pernambucana .....	45
CONCLUSÃO .....	49
GLOSSÁRIO .....	51
BIBLIOGRAFIA .....	53

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se desenvolveu sobre uma série de obras literárias que abordam temas como o cotidiano colonial brasileiro, a origem de ordens religiosas leigas, a instituição do barroco como argumento artístico para o movimento da Contra-Reforma e da consolidação do absolutismo.

O capítulo primeiro aborda a origem do barroco, e para tanto, é necessário uma conceituação acerca de suas origens e estabilização no contexto político religioso europeu. Desse modo é determinante uma análise sobre a disseminação desse movimento artístico não só na metrópole, mas como chegou ao Brasil e de que formas se estruturou no território colonial.

Obras como as de Affonso Ávila e Germain Basin deram respaldo teórico para a justificativa do emprego de uma manifestação artística como o barroco por parte da Igreja Católica. Como o trabalho desenvolveu uma avaliação de templos católicos, foi de grande importância o estudo arquitetônico, principalmente religioso do período colonial brasileiro, foi decisiva a leitura de obras como: *Arquitetura Barroca no Brasil*, *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial* de Germain Basin e Myrian Ribeiro, respectivamente. Como o tema norteador é o barroco como movimento artístico e suas conseqüências na estrutura arquitetônica colonial, as obras de Joel Neves: *Idéias filosóficas do barroco brasileiro*, Lourival Gomes Machado: *Barroco mineiro* e Emanuel Araújo: *Universo mágico do barroco brasileiro*, foram decisivos como leitura de fonte teórica.

Como no segundo capítulo há uma abordagem acerca da origem, caracterização e influência das irmandades, foram de leitura imprescindível livros que mostrassem o desenvolvimento das irmandades a partir da conceituação que tem origem na idade média, além de demonstrar sua disseminação no território colonial, principalmente em Minas Gerais, dando condições para que se estruturassem em todas as províncias. Seguindo esse argumento, temos as obras de Caio César Boschi, Bethecourt e Chaudhuri, os Leigos e o poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais, Sociabilidade religiosa e laica: As irmandades e História da expansão portuguesa.

O terceiro capítulo se desenvolve sobre a estratificação social natalense no que se refere aos dois templos de orientação barroca relacionados a essa estratificação, a Igreja de Santo Antonio e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Para tanto, foi necessário como bibliografia, fontes como Luis da Câmara Cascudo, tanto em seu livro História da cidade do Natal, como no periódico A República, mais precisamente sua coluna Acta Diurna, na qual o cotidiano da cidade e a estruturação dos templos no contexto histórico-social da província do Rio Grande do Norte eram comentados. Da mesma forma é importante ressaltar as consultas feitas às obras de Jeane Nesi: Natal monumental e de Pedro Rebouças: Fatos da História do Rio Grande do Norte, além de publicações técnicas feitas por órgãos oficiais, como é o caso da Fundação José Augusto, Memórias de restauração: Igreja de Santo Antônio. O conjunto dessas obras determinou como se daria o trabalho, abordando tanto aspectos arquitetônicos e artísticos, como suas relações com o contexto social local.

A partir da orientação dada pela a Escola dos Analles, e sua história das mentalidades, na qual a arte e arquitetura compõe fontes de estudos históricos, estabelecidas sobre um painel estruturado na avaliação de obras de arte e formas arquitetônicas, como no caso deste trabalho, dois templos religiosos vinculados a um movimento artístico específico, o barroco. Desse modo, desprende-se que há uma forma de se estudar a sociedade e as relações sociais, observando-se e conceituado a influência dos movimentos artísticos e de suas conseqüências e implicações na estrutura político e econômico de uma sociedade.

Para que este trabalho viesse a êxito, houve a necessidade de se reunir, além de fontes bibliográficas, um levantamento fotográfico e arquitetônico, com o estudo de plantas baixas dos dois prédios e execução de um painel fotográfico dos conjuntos arquitetônicos abordados neste trabalho. Uma gama tão variada de fontes justifica-se pelo fato de que era preciso para estabelecer a relação entre os dois templos e contexto histórico do Século XVIII na capitania do Rio Grande e suas características arquitetônicas em comum.

Como também havia necessidade de relacionar os estratos sociais com os respectivos templos, e a interação com as irmandades que estavam a eles relacionadas, foi importante a análise de documentos e periódicos referentes a restauração das Igrejas e a estratificação social, respectivamente.

O Brasil católico do século XVII, importou da Europa, o movimento artístico – arquitetônico denominado Barroco, esse estilo tinha como objetivo difundir os ideais de fé da Igreja Católica e fazer oposição à linearidade e racionalidade da arte praticada pelos movimentos protestantes. O estilo barroco trouxe às Igrejas uma beleza arquitetônica diferenciada, um atrativo aos olhos dos católicos, que influenciados pela visão encantadora, professavam sua fé e fortaleciam o catolicismo.

A província brasileira que melhor absorveu o estilo barroco foi Minas Gerais, isso principalmente, graças ao seu poder aquisitivo. No entanto, nosso referencial foi a cidade de Recife, porque era na capital Pernambucana que se dava a absorção dos padrões artísticos - arquitetônicos da Europa para o Nordeste.

A cidade de Natal no Rio Grande do Norte, comporta dois templos com arquitetura barroca, que são as igrejas de Santo Antonio e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde foi possível um estudo mais detalhado, uma vez que tais templos, sua construção, composição social e irmandades, foi o nosso objeto de estudo.

Assim, este trabalho situa, define e caracteriza o barroco, com ênfase na conceituação das irmandades, instrumento de difusão da fé católica na colônia dado o cerceamento das chamadas ordens primeiras, compostas por padres e das ordens segundas, formadas por freiras, ficando as obrigações de erigir templos, prestar assistência social a seus membros e caridade a comunidade na jurisdição das ordens terceiras, aquelas compostas por leigos que, através de contribuições estabeleciam, entre outras coisas, a manutenção das igrejas e a realização das festas de seus padroeiros.

As irmandades têm sua origem na Europa e no Brasil tem um desenvolvimento pleno em Minas Gerais, que era a mais rica, à época do Ciclo do Ouro, sendo necessário medidas metropolitanas para diminuir a influência e participação da Igreja católica através do clero das ordens primeiras.

Para melhor especificar esse período histórico aqui abordado, principalmente os fatos referentes aos templos natalenses, apresentamos este trabalho em três capítulos, assim descritos.

No primeiro capítulo abordaremos a influência do barroco na sociedade colonial brasileira, que foi difundido graças a ação das ordens terceiras, as irmandades leigas. Essa ação foi disseminada a partir da adoção, por parte da Igreja católica de uma prática artística da Contra-Reforma, que tinha no barroco seu principal elemento difusor.

Há uma relação intrínseca entre religião, política e arte, na medida em que o barroco foi identificado imediatamente com o absolutismo, já que era o poder dos reis católicos e que havia, no absolutismo, assim como no barroco, uma afirmação exacerbada da fé, que justificava e apoiava tais monarcas. Como exemplo artístico desse período inicial, as Igrejas apresentam-se com fachadas simples e o interior com ornamentação mais trabalhada.

Utilizando a base barroca portuguesa, houve o desenvolvimento de uma manifestação autenticamente nacional, que acompanhou a descoberta de jazidas auríferas em Minas Gerais, fato esse que promoveu atração de centenas de artistas, fazendo com que se estruturasse uma escola artística com traços brasileiros. Enquanto que em Minas Gerais se estruturava esse desenvolvimento artístico, cidades como Recife e Salvador apresentavam um estilo no qual a influência portuguesa era total, tanto na ornamentação das fachadas, quanto do interior dos templos religiosos.

Na medida em que há uma evolução no estilo barroco português, também aqui na colônia faz-se notar mudanças na composição artístico-arquitetônica das Igrejas brasileiras.

No segundo capítulo, desenvolve-se uma análise acerca da origem, formação e disseminação das ordens religiosas conhecidas como irmandades, que eram ordens terceiras, pois contavam em seus quadros com leigos. Há uma série de associações que se denominam irmandades, variando conforme o lugar ou a tradição, estabelecidas de acordo com fatores como quantidade de membros, práticas religiosas, a celebração eucarística, por exemplo.

Na medida em que as irmandades praticavam atos como assistência social aos seus membros e aos desamparados, tornaram-se um apoio ao Estado, desonerando-o de tais funções sociais e recebendo o apoio da coroa em troca.

No Brasil, as irmandades manifestaram-se e estruturaram-se em Minas Gerais com maior força, o que não significa dizer que regiões como o Nordeste, não possuíssem irmandades responsáveis pela ereção de templos religiosos em homenagem a seus padroeiros.

No terceiro e último capítulo, estabelecemos um cuidadoso estudo dos dois templos natalenses que se localizam no contexto histórico do século XVIII e os extratos sociais correspondentes a Igreja de Santo Antônio e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que tiveram, desde o início relação com irmandades, que proporcionaram no caso do Rosário sua ereção e manutenção, e no caso de Santo Antônio, a manutenção.

## 1 – O BARROCO SUA ORIGEM E INFLUÊNCIA

O Barroco, que em seu termo original designava algo imperfeito, com reentrâncias e curvas, assim como a pérola de quem herdou a alcunha “Barrueco”, foi a “manifestação artística típica dos séculos XVI e XVII e que encontrou na Igreja Católica seu maior difusor”<sup>1</sup>. Isso se deve ao fato do movimento artístico em questão ter sido utilizado para fazer frente ao progressivo avanço da Reforma Protestante, seja pela sua capacidade de choque visual motivada pela frequência de imagens repletas de detalhes com orientação divina, seja pela decisão do Concílio de Trento<sup>2</sup> em que a Igreja Católica decidiu utilizar-se do Barroco para atrair novos adeptos ao mesmo tempo em que mantinha seus fiéis, através de uma tática artificial oposta, pelo menos em seus direcionamentos práticos da arte defendida pela doutrina protestante, racional, linear e sem adornos religiosos, como ficava claro na concepção de seus templos. Assim o Barroco fica sendo um dos principais instrumentos da Contra-Reforma.

Com o apoio das ordens religiosas, e, no caso brasileiro, a fundamental ajuda das ordens terceiras e confrarias que possibilitaram uma difusão maior das características barrocas nos templos dessas irmandades, tornou-se possível o fortalecimento da religião católica e a divisão dos extratos sociais e suas respectivas influências na concepção de um catolicismo “SUI GENERIS” no Brasil, com um sincretismo maior, resultado de elementos pagãos europeus e africanos.

Segundo Joel Neves “como estilo de vida, como psicologia profunda do brasileiro ou como arte, o barroco estruturou uma singularidade mental e sociocultural muito própria”<sup>3</sup> em nossa sociedade. Como estrutura artística o Barroco permitiu o surgimento de uma consciência subjetiva estabelecida em valores medievais.

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Emanuel (org.). O universo mágico do barroco brasileiro. São Paulo: Serviço Social da Indústria, 1998.

<sup>2</sup> As novas diretrizes estéticas recomendadas à arte foram feitas pelo 19º Concílio da Igreja Católica Romana, realizado em 1963 na cidade de Trento na Itália.

<sup>3</sup> NEVES, Joel. Idéias filosóficas do barroco mineiro. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/UEP, p. 17.

## 1.1 A relação entre religião, política e arte

As características principais do Barroco como manifestação artística, vão ser a quebra com os estilos de então, como o renascentista e o maneirista, já que tanto a harmonia e o equilíbrio de um, como a artificialidade e superficialidade de outro serão quebrados para dar lugar à “curva, ao movimento, ao drama e à extrema decoração”<sup>4</sup>.

Através de fatores como a afirmação exacerbada da fé, houve a imediata “associação com o poder absoluto dos reis católicos, justificando e apoiando-os”<sup>5</sup>. Mas, no caso português, quando o Barroco surgiu, o poder estava esfacelado por Causa da morte do rei D. Sebastião, que por não haver deixando herdeiros em solo português, todas as possessões portuguesas foram anexadas pela coroa espanhola, o que provocou “forte influência nas manifestações artísticas portuguesas, principalmente na chamada arte-chã”<sup>6</sup>, reflexo direto da perda gradativa de poder político e financeiro de Portugal. As Igrejas desse período são simples em seu traçado, com uma “estrutura de detalhes baseados no entalhe em madeira, painéis pintados e azulejos, substituindo o mármore e pedras preciosas dos países de origem tanto em Portugal como em suas colônias”<sup>7</sup>.

Segundo Joel Neves “tanto a arte religiosa como a popular do século XVII seriam um testemunho precioso sobre o estado de espírito das massas”<sup>8</sup>, ou seja, a religião exercia uma influência muito grande e a Igreja se aproveitava da sensibilidade popular para se estabelecer nas várias classes sociais do Brasil, pois nesse período havia um monopólio da Igreja católica sobre a vida social, o que fica evidente nas cerimônias religiosas realizadas para a sociedade, onde eram freqüentes festas e procissões religiosas, organizadas e

---

<sup>4</sup> MONTEIRO, Lucas de. História da arte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed LTC, 1978.

<sup>5</sup> O Concílio de Trento e suas idéias estéticas ajudaram os reis católicos a impor seu poder sobre os nobres locais e a consolidar as monarquias absolutas, reafirmando a grandeza do Estado em construções como o Palácio de Versailles (1655).

<sup>6</sup> ÁVILA, Afonso. Teorias do barroco brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1983

<sup>7</sup> Ibid

<sup>8</sup> NEVES, Joel. Idéias filosóficas do barroco mineiro. Belo Horizonte/São Paulo, Italiaia/UEP, 1986, p. 122.

planejadas na metrópole, de acordo com um calendário religioso repleto de datas festivas, precisamente 91 dias santos, segundo Emanuel Araújo, sem esquecer os 50 domingos, nos quais o trabalho era proibido.

As procissões se caracterizavam pela sua exuberância e luxo, uma beleza para os olhos dos que as acompanhavam e principalmente uma apelação para o fortalecimento da fé, que se agrega a elementos estranhos ao catolicismo, que é o caso “do carro em forma de navio, *carrus navalis*, que vem do paganismo e que figurava em festas das mais diferentes naturezas, mas cujo nome ficou ligado principalmente à palavra carnaval. Um barco desse gênero podia agradar aos espectadores como obra de arte, como gracioso emblema, sem que se lembrasse forçosamente do seu significado primitivo.”<sup>9</sup> Assim pode-se constatar que as festividades religiosas, visualmente, “tinham uma verossimilhança com os atuais desfiles de escolas de samba.”<sup>10</sup> Isto se dava por causa da sucessão de figurantes fantasiados, seguidos de grandioso séquito de irmãos de confrarias religiosas.

Mas, esse séquito afirma Araújo era rico de atrações, e se apresentavam segundo a ordem: “figuras da Ásia, aplauso, alegria, meditação, a irmandade de São Paulo. As figuras de Zelo, pregação, martírio, merecimento, prêmio, anjo e o convencido Júpiter, a charola de Santa Luísa, com toda a sua irmandade e a graciosa dança dos caboclinhos, pela cruz de prata da Senhora do Rosário, coberto de seus irmãos ornados de roupas brancas.”<sup>11</sup> O cortejo era completado pela nau de Nossa Senhora do Livramento.

A diversidade de alegorias e representações em meio às procissões fica evidente quando se observa a participação das confrarias de mecânicos em certas festividades: “Os oficiais mecânicos eram obrigados a acompanhá-los, contribuindo para a ornamentação, composta de alegorias, danças, máscaras, enfeites em geral, ou as chamadas antiquilhas.

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993, p. 186.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

Apresentavam alegorias à serpente, ao dragão, cavalinhos, gigantes, anões...”<sup>12</sup>

Com tantos adereços, havia certo receio de ridículo dessas cenas, o que fica claro ao observar as recomendações feitas pelo Procurador da Câmara da Bahia em 1770 “para se extinguir o uso das máscaras e danças na festa de Corpus Christi, por não favorecerem a devoção.”<sup>13</sup> Também é de destaque que as irmandades assumiam não só o trabalho de confecção dessa panóplia de ornamentos, como as contribuições de seus membros.

O século XVIII coincidiu com um período de grande urbanização, as confrarias e irmandades passaram por uma fase de disseminação muito grande, haja visto que contemplavam tanto o extrato social mais elevado, as elites coloniais, como aquela camada da sociedade mais frágil e oprimida, a dos escravos. Essa abrangência fica clara quando se observa as Misericórdias, que era uma entidade de representação da elite portuguesa, a parte mais abastada da colônia, que tinha sido procurada para ser parceira da Igreja nas obras de caridade para com a população não-indígena. Nesse sentido, o poder político encontrou nela um suporte financeiro importante, graças a capacidade de acumulação rápida de riquezas da mesma.

Desse modo, é evidente que as irmandades cumpriram um papel duplo, social e religioso, que desonerava duplamente o Estado: de um lado, o desobrigava de “aplicar os dízimos eclesiásticos por ele recolhido, e de outro, o liberava de assumir os gravosos ônus da prestação de serviços sociais”<sup>14</sup>.

No espaço urbano as confrarias e as Igrejas desenvolveram “não só a assistência social representada pelos hospitais, hospícios, casas de expostos, Santas-Casas, (...) e

---

<sup>12</sup> FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais mecânicos e a vida cotidiana no Brasil*. Oceanos. Nº 42, abril/junho, 2000, p. 82.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 82

<sup>14</sup> BOSCHI, Caio César, *Socialbilidade religiosa laica: as irmandades*. In F. Bethecourt e Chandhuri, K. *História da expansão portuguesa*, Lisboa: Círculo dos leitores, 1998.

atividades como a medicina pública, geralmente desprezada pela família patriarcal.”<sup>15</sup>

As funções sociais das irmandades incluíam também o socorro aos órfãos, concessão de dotes às moças, isso para mencionar a iniciativa da igreja em eliminar os delitos de bigamia e de uniões ilícitas, que geravam muitos órfãos, em razão das desarticulações dessas famílias promovidas pela igreja em detrimento a moral e aos bons costumes.

Tendo em vista a grande disseminação de irmandades agrupando os mais diferentes segmentos sociais do período histórico em questão, no século XVIII era possível visualizar através delas, especialmente quando se apresentavam nas procissões, “e hierarquia típica da sociedade colonial. Para busca de certa unidade interna, as confrarias procuravam recrutar seus membros não só reproduzindo a estratificação social colonial em termos de poder econômico, como pelas suas características étnico-raciais ou pelo tipo de ocupação do sistema produtivo.”<sup>16</sup> Essas estratificações apresentavam-se com todas as suas matizes e peculiaridades, nas procissões, onde tais diferenças eram motivo de rixas e rivalidades, que “culminavam, algumas vezes, no momento do cortejo.”<sup>17</sup>

A partir do papel desenvolvido pelas confrarias, observa-se uma lógica do agrupamento identitário, que pressupõe critérios exclusivistas de recrutamento. Havendo irmandades que não admitem negros, e outros que excluía os escravos.

Para Boschi, as irmandades seriam uma forma de controle do Estado em relação aos antagonismos sociais apontando elementos exteriores que determinavam os níveis de poder conquistados pelas irmandades, especialmente em nível de prestígio. Entre os elementos destacamos: “localização e arquitetura de suas Igrejas, lugar ocupado na procissão, conteúdo dos testamentos, capacidade de proverem de ajuda material aos seus membros, privilégio

---

<sup>15</sup> Igual ao 11

<sup>16</sup> Igual ao 09

<sup>17</sup> *ibid.*



concedidos pela coroa portuguesa.”<sup>18</sup>

As irmandades negras teriam ainda segundo Boschi, elementos de origem africana, constituindo-se um espaço de invenção sincrética, porém não há dados mais concretos, além “dos componentes exóticos de uma fantasiosa corte composta por reis e rainhas do Congo e Angola que integram os cortejos em apresentações públicas”<sup>19</sup>, isso significa que elementos religiosos de origem africana não foram detectados, sendo que a fidelidade a seus deuses era vivida em contextos mais íntimos, com a participação “exclusiva de adeptos de seus cultos, como forma talvez de assegurar sua preservação”<sup>20</sup>. É válido registrar a postura condescendente da Igreja no sentido de aceitar os acréscimo extra-religiosos nas manifestações públicas das irmandades negras, como faz-se notar elementos de um paganismo europeu nas manifestações de outras irmandades..

A independência inicial das irmandades foi num primeiro momento vigiada e, posteriormente, controlada pelo Estado português. A partir desse momento, constituiu-se constante fiscalização sobre as irmandades, com o duplo objetivo de comprovar sua eficácia e a capacidade de controlarem as tensões sociais. Ao mesmo tempo, eram vigiadas para impedir que sua autonomia as transformasse em entidades suficientemente forte, a ponto de se constituírem um perigo para o Estado absolutista português.

O Estado absolutista português impôs uma política religiosa que iniciou-se e caracterizou-se pela proibição da entrada e fixação de ordens religiosas no território colonial, sob a alegação de que os religiosos regulares eram responsáveis pelo extravio do ouro e por incentivar a população ao não pagamento de impostos. Diante desse fato “toda a vida religiosa da nova Capitania passou a ser acionada por associações leigas.”<sup>21</sup>

<sup>18</sup> BOSCHI, Caio César. *Sociabilidade religiosa e laica: as irmandades*. In: BETHECOURT, F.; CHANDHURI, K. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos leitores, 1998.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> Igual ao 12.

<sup>21</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 03.

Desse modo, no século XVIII, aliás precisamente na metade dele, há um crescimento da política metropolitana em relação às irmandades. Os anos de 1745 a 1820, foram marcados por um incremento na política fiscalista portuguesa, por causa do declínio na produção de ouro em Minas Gerais, fazendo com que houvesse um maior ação do Estado. E as novas associações, como eram constituídas por leigos, estes responsabilizados pela contratação de religiosos para a prática dos ofícios sacros, bem como pela construção dos templos barrocos do século em questão.

O desenvolvimento científico e a ampliação geográfica do mundo conhecido passaram a contrastar frontalmente com os ensinamentos ministrados pelo vaticano. Incapaz de acompanhar o desenvolvimento do mundo de então, a Igreja se contrairá há muito, ficando na dependência do Estado. Ficara condicionada a exercer sua ação como parte integrante e importante das diretrizes políticas de um novo tipo de Estado: as Monarquias Absolutistas. Mas do que nunca, os reis afirmavam suas autoridade também sobre os negócios eclesiásticos e lançavam mão da Igreja para implementação de seus projetos coloniais. Dessa forma, a Igreja passou a integrar a própria política colonizadora e foi fator decisivo no êxito da empresa mercantil-colonial.

## 1.2 A influência do Barroco português na composição de uma manifestação brasileira.

A partir de 1684 o Barroco passa a se desenvolver com maior força em Portugal, haja visto que a independência política é determinante nesse processo, ocorrendo tanto na metrópole como nas colônias um atraso de quase um século nesse movimento artístico.

O fim da união ibérica entre Portugal e Espanha e as conseqüentes guerras de conquistas empreendidas pela Holanda como represália ao controle espanhol, sobre as colônias portuguesas, principalmente as de maior força econômica. Esse fato produziu uma retomada do crescimento econômico metropolitano, proporcionado pela autonomia da política administrativa do Estado português. Associado a esse fato a partir de 1728 D. João V instituiu em Portugal o beneplácito régio, em represália a Roma por não elevar o núncio apostólico em Lisboa, Dom Vicente Bichi, o Cardeal. Conseqüentemente, há quebra de relações com a Santa Sé, desde esse momento, nenhuma bula, breve, graça ou despacho Papal poderiam ser adotado em Portugal sem o consentimento da Coroa, durante as décadas de 1730, 1740, 1750, 1760, tornando-se definitivo a partir de 1765. O abundante ouro originado do Brasil permitiu a D. João V praticar uma estruturação religiosa de grande vulto em Portugal. Por causa disso há uma estruturação do prestígio do reino português com construção de templos cada vez mais suntuosos, e procissões como a de Corpus Christi em 1719. A partir da estruturação político-administrativa empreendida por D. João V favoreceu uma associação entre Estado e Igreja, no qual aquele tem esta como um quadro de funcionários seus, utilizando a estrutura eclesiástica da Igreja para favorecer a colonização das áreas americanas, como o Brasil. Onde, subvencionado pelos cofres reais, o clero integrou-se totalmente aos interesses políticos e administrativos da Coroa, tornando a carreira eclesiástica numa carreira de funcionalismo público. Em troca havia uma omissão por parte dos clérigos, na questão das injustiças sociais, é o que ocorre, por exemplo em relação à escravidão.

No Brasil, a ascensão do novo gênero artístico acompanhou a descoberta do ouro em Minas Gerais, “a primeira corrida do ouro do ocidente.”<sup>22</sup> Acompanhando a movimentação de aventureiros, militares e políticos, 600 mil pessoas migraram para região, sendo que pelo menos 800 eram artistas, que influenciaram em nossas manifestações artísticas.

Enquanto que em cidades como Salvador e Recife predominava um estilo chamado “nacional português”<sup>23</sup>, onde as fachadas e plantas permaneciam retilíneas, sem caracterizações decisivas do Barroco, mas ao mesmo tempo, com seus interiores revestidos de madeira esculpida em alto ou baixo-relevo, que era a talha, e pinturas encaixadas em molduras, os caixotões.

Os painéis que se localizam na parte de trás e acima do altar, conhecidos como retábulos, apresentam colunas retorcidas e decoração profusa.

No interior de Minas Gerais desenvolvia-se um estilo particular, com características marcantes e, por causa do isolamento geográfico dessas cidades favoreceu um afastamento artístico em relação à influência metropolitana. Nesses casos, tanto o interior das Igrejas como suas fachadas eram trabalhadas, fazendo com que as “plantas apresentassem um detalhamento maior”<sup>24</sup>, como torres redondas, portas decoradas, além dos frontões característicos.

A partir de 1730 faz-se notar uma mudança. É o período joanino<sup>25</sup>, onde o gosto italiano do rei português D. João V é predominante. Aqui a uma substituição gradativa dos caixotões por pinturas ilusionistas, que provocam ilusão de óptica, recobrando o teto há uma integração das estátuas à madeira dos retábulos.

---

<sup>22</sup> Com a descoberta feita pelos bandeirantes na região das minas houve uma conseqüente atração demográfica para área.

<sup>23</sup> BAZIN, Germain. Arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983.

<sup>24</sup> MACHADO, Lourival Gomes. Barroco mineiro, 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1968.

<sup>25</sup> ARAÚJO, Emanuel (org.). O universo mágico do barroco brasileiro. São Paulo: Serviço Social da Indústria, 1998.

A arquitetura adota linhas curvas, naves alongadas e torres circulares. Outras mudanças desenvolvem-se a partir de 1760, com o ciclo rococó<sup>26</sup>, quando há um alívio do exagero, ornamental e proporciona maior moderação arquitetônica. Aqui as fachadas tornam-se mais leves e audaciosas, com curvas e contra - curvas, torres redondas e portadas com relevo de pedra - sabão. Os ambientes são claros e arejados, e a luz natural enfatiza a ornamentação sobre fundos caiados de branco. A luz e a cor têm um papel decisivo, dando harmonia e unidade ao conjunto. Os templos projetados por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho são exemplos principais dessa fase.

Para exprimir toda a sua capacidade de ornamentação, o Barroco utilizava-se de uma série de detalhes e/ou representações. Os anjos, por exemplo, representavam, quando na forma de meninos, o amor divino. Também merecem menção as flores que eram representações da beleza da alma e da fugacidade das coisas. As folhas sem os espinhos sugeriam o triunfo de Jesus sobre o martírio e estes os espinhos, emaranhados ásperos, lembravam a consciência da dor do pecado. Assim como os ramos de videira e uva evocavam o sangue de Cristo, sangue esse que servia de motivo para a apresentação do pelicano, que demonstrava uma metáfora do amor materno, ao se bicar, a ave oferece o próprio sangue aos filhos.

Com todo esse significado não foi difícil que o Barroco caísse no gosto popular fazendo dele a principal forma de representação religiosa do século XVII, influenciando todos os exemplos de arquitetura religiosa principalmente no interior de Minas Gerais, que por ser a região mais rica foi a que "demonstrou as maiores características do Barroco e os mais ornamentados templos do Brasil."<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> ARAÚJO, Emanuel (org.). *O universo mágico do barroco brasileiro*. São Paulo: Serviço Social da Indústria, 1998.

<sup>27</sup> MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1968.

É também em Minas Gerais que se desenvolvem com maior força, representação do crescimento financeiro da região, as ordens terceiras que congregavam leigos em torno de irmandades religiosas, também conhecidas como Confrarias.

Para controlar a expansão da Igreja Católica na região de Minas Gerais e por conseqüência, diminuir a influência numa região tão rica “foi proibido a instalação de ordens primeiras, aquelas formadas por frades e monges, e de ordens segundas, compostas por freiras.”<sup>28</sup> Tal proibição ocorreu para tentar diminuir a influência da igreja e seus representantes, nesse caso as ordens, junto ao povo. Por volta de 1738, por causa dessa decisão da Coroa portuguesa, proliferaram ordens terceiras, que eram as irmandades e confrarias, que congregavam leigos. Por causa da necessidade que cada uma dessas irmandades e confrarias tinham de possuir seu templo para abrigar seu respectivo padroeiro e desenvolver suas funções religiosas, “houve uma disseminação de obras barrocas no Brasil”<sup>29</sup>.

Cada corporação de ofício tinha sua ordem. Havia irmandade de elite e populares. A ordem terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica, por exemplo, proibia a participação de mulatos, negros, judeus, mouros e heréticos com seus descendentes até a quarta geração na sua confraria. A ordem terceira de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos congregava escravos. Cada uma tinha seu santo, suas festas e construía sua Igreja exclusiva, competindo com outras em prestígio.

Para o devoto, o prêmio era ser enterrado pela confraria, o que lhe garantia o céu após a morte.

Segundo Machado<sup>30</sup> há uma relação entre o Barroco como movimento artístico e o absolutismo como teoria política, pois as relações entre o político e o estético tornam possível uma conexão, de variações especiais e locais da vida pública coletiva, das expressões pessoais

---

<sup>28</sup> ARAÚJO, Emanuel (org.). *O universo mágico do barroco brasileiro*. São Paulo: Serviço Social da Indústria, 1998.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro (org.). *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

<sup>30</sup> MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1968.

ou grupais de poder, mando ou prestígio e até variações do sistema organizado de administração estatal, todos esses fatores poderão entrar em correlação ou paralelismo com o absolutismo para determinar o aparecimento de um barroco especial.

A realidade social, a que se liga direta e coerentemente a realidade política, transforma-se numa forma de expressão estética.

Apesar de possuir três versões<sup>31</sup> o absolutismo utilizado como associado ao barroco será a última e a penúltima dessas versões, já que não só a renascença conheceu seu estilo artístico próprio, mas ainda a revolução que criou o barroco pressupõe o desequilíbrio da primeira versão do absolutismo e, conseqüentemente, do estilo a qual ela corresponderia: o renascentista. É por isso que no despotismo esclarecido encontram-se explícitos todas as características de esplendor do barroco.

Para tanto, é no governo pombalino em Portugal, fase de clássico despotismo esclarecido que tanto o ciclo do ouro, como as construções religiosas vão atingir seu ápice.

O ponto principal do trabalho se estabelece nos processos de conflito e acomodação que, interessando os grupos sociais subjacentes, encontram vias de expressão nas próprias Igrejas. Onde a imaginação era mais forte que o desenvolvimento demográfico e vegetativo e um mercado individualista econômico assumia a função de principal força agregadora. O atrito entre as várias camadas e grupos sociais facilmente se expandiam, dada a ausência de órgãos naturais de controle e composição. Contudo, a expansão dos conflitos não significa, como veremos, decomposição ou esfacelamento da sociedade global, em cuja formação definitiva os próprios choques desempenham seu papel.

Foi decisiva a colaboração financeira das ordens, que assumiam a iniciativa de construção das Igrejas, sendo de ação dessas ordens a iniciativa, o contato com a parte privada

---

<sup>31</sup> O absolutismo humanista renascentista, o absolutismo da Renascença e o despotismo esclarecido. O primeiro baseia-se no rompimento entre política e teologia. O segundo tem suas bases numa definição personalizada na qual a moral substituirá as virtudes cristãs. O último é uma fusão das duas versões anteriores.

do financiamento, a solicitação e administração da parte oficial e a supervisão do grupo artesanal.

No que se refere ao estilo dessas construções, todas tiveram uma evolução a partir da taipa, para a pedra-e-cal, mostrando a própria evolução do prédio, indicando se este tinha feição quadrangular ou retilíneo. Para tanto é utilizável as variantes de construção em taipa, adobe, pedra-e-cal ou mesmo um hibridismo nesse processo.

O século XVIII tem sido considerado um período mal compreendido pelos historiadores tanto no que se diz respeito a Portugal como no Brasil, já que as obras literárias tão importantes para a reconstrução do cotidiano, são encaradas pelos estudiosos com preconceito, pois utilizam-se do estilo Barroco. Para o autor Fernando Castelo Branco as obras do período são consideradas impróprias para a pesquisa, “pois estando impregnadas pelo estilo barroco que se utiliza, de forma exagerada do uso abusivo de metáforas.”<sup>32</sup> Na verdade, a dificuldade maior de compreender e interpretar o século XVIII parece ser proveniente da visão racional e iluminista com que historiadores de outras épocas tentaram estudá-lo.

A partir de influência das ordens religiosas como franciscanos e jesuítas, que receberam toda a carga cultural barroca e a difundiram em nosso território. Os jesuítas irão se utilizar para relatar suas obras e feitos, enquanto que os franciscanos seguem o ideário de simplicidade, não deixando relatos, mas constituindo toda uma carga artística que será trazida para o Brasil e aqui reorganizada.

---

<sup>32</sup> CASTELO-BRANCO, Fernando. Lisboa seicentista. Lisboa: Horizonte, 1999, p. 10.

## 2 – AS ORDENS RELIGIOSAS E LEIGAS NA DIFUSÃO DO BARROCO

Com as irmandades, o catolicismo e a Igreja Católica amoldaram-se à realidade na qual se propagaram, como um espelho dos momentos e contextos históricos aos quais estão inseridos. Por esse motivo, as irmandades deram origem, ao nosso ver, a uma diversidade de formas, fluidez e imprecisão de suas denominações. Desde que se possa identificar elementos comuns entre essas associações, como por exemplo, à celebração eucarística, soma-se assistência material, unindo as necessidades do espírito às do corpo.

Segundo Caio César Boschi “é difícil acompanhar as mudanças de objetivos e finalidades dessas famílias artificiais, as quais propõe-se a satisfazer as necessidades espirituais de seus integrantes, fora do âmbito estritamente familiar.”<sup>33</sup>

A origem dessas comunidades fraternais remonta à Idade Média, onde nasceram sob a influência do poder espiritual, mas logo se pautaram por um sentido nitidamente laico. Desse modo, assumiram um papel suplementar ao da Igreja, tendo finalidades bastante dinâmicas. O estado, quando participava, desempenhava um papel decisivamente assistencialista, sendo um exemplo as Santas Casas de Misericórdias. Esses órgãos tinham como atividade norteadora o assistencialismo humanitário, as misericórdias cuidavam de doentes desassistidos, defuntos, indigentes, presos e condenados sem auxílio familiar. As confrarias de auxílio mútuo vão ter sua origem, em grande quantidade, a partir das associações voluntárias, as quais reuniram aqueles elementos vítimas das inseguranças e incertezas do período medieval.

Enquanto as corporações de ofício do mesmo período medieval, atendiam aos interesses profissionais de seus integrantes, as irmandades apoderavam-se dos encargos assistenciais e espirituais, isso não significa que as corporações de ofício não deram origem a

---

<sup>33</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

confrarias o que ocorreu “quando o caráter devocional era mais marcante”<sup>34</sup> também havia o “mutualismo intergrupar praticado nas corporações, embora de forma mais rígida, porque eram compulsórias”<sup>35</sup>. Apesar desses pontos de semelhança, não se deve confundir corporação de ofício com confrarias, já que existiam diferenças essenciais, como fica claro no caráter mais democrático das confrarias, onde a função profissional não era determinante para a admissão.

Desde que o confrade cumprisse suas obrigações financeiras, ficava-lhe assegurado a segurança para os tempos de doença e invalidez, benefício de ordem social e a garantia para o seu próprio sepultamento.

As irmandades, enquanto entidades coletivas, traziam contidas em si, acentuado individualismo, ou seja, eram centros catalisadores de individualidades. Para essas associações convergiam uma gama bastante variada de sentimentos e aspirações. As relações comunitárias ocorriam na medida da identificação entre seus membros. Ao mesmo tempo em que integravam os indivíduos, liberavam seus anseios de libertação, tornando-se uma forma de seus membros manifestarem suas queixas e discutir suas opiniões. Um exemplo dessa atitude está claramente demonstrada nas irmandades de negros nas quais, de uma forma legal, o homem de cor podia exercer atividades que o aproximavam, no campo social, dos homens brancos.

O que nós queremos dizer, é que as irmandades funcionavam como vetores de solidariedade grupal, assimilando ao mesmo tempo, anseios comuns frente à religião e a perplexidade frente à realidade social.

Apesar do código de Direito Canônico estabelecer algumas diferenças, a Cúria Romana não faz distinções entre essas associações. A terminologia para as mesmas é variada, sendo elas: confraternitas, sodalitas, sodalitiun, confraternitas laicorum, congregatio, pia uno,

---

<sup>34</sup> idem, p. 13

<sup>35</sup> ibid, p. 14

societas coetus, consociatio. Segundo o Código Canônico, “as associações de fiéis que tinham sido eretas para exercer algumas obras de piedade ou caridade se denominam pias uniões, as quais, se estão constituídas em organismos, se chamam irmandades. E as irmandades que também tenham sido eretas para o incremento do culto público recebem o nome particular de confrarias”<sup>36</sup>.

O que torna as confrarias características de seu período, são as nuances de incremento do culto público, levando em consideração a constituição orgânica e a formação diferenciada dos tipos de sociedades. Apesar de possuírem característica semelhante as pias uniões, as irmandades diferenciam-se no que diz respeito a organização hierárquica, demonstrada no seletivo e restrito ato de admissão de seus membros. No caso específico das pias uniões, os elementos de ligação entre seus membros são frágeis, a organização não era de uma agremiação.

A inscrição numa irmandade possuía uma série de elementos como participação ativa, compromisso, envolvimento, o que tornou a disseminação das pias uniões difícil. Mesmo que existissem, não era de preocupação da Coroa portuguesa, pois a legislação para ultramar só tratava de irmandades e ordens terceiras, não fazia nenhuma alusão às pias uniões.

## **2.1. As ordens e a política econômica metropolitana**

Nas ordenações do Reino, as associações leigas foram definidas a partir de sua natureza jurídica. A partir dessa instituição ficou estabelecida a distinção entre os sodalícios, fundados por autoridades e com o consentimento dos prelados, e aqueles fundados por leigos e por estes administrados. Aqueles ficaram conhecidos como eclesiásticos, enquanto que os últimos receberam o nome de seculares. Os primeiros estavam subordinados as autoridades

---

<sup>36</sup> CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Cân. 707. de LORENZO, Miguelez Dominguez et alli. 1ª e 2ª ed. Madri: La Editorial Católica, 1947, p. 281.

religiosas, e os segundos, as autoridades civis “cabe ao Ordinário tão somente o cuidado para com as 'cousas pias', através de periódicas visitas eclesiásticas”<sup>37</sup>.

No entanto, na colônia essa distinção não foi respeitada. A ingerência civil nas confrarias seculares se tornou constante, resultando em denúncias que impediam a ereção dessas ordens, tornando o Rei, único agente com autoridade para tais ereções. Assim, não é a autorização que define a agremiação, mas sim sua forma de organização. A autorização, que era um ato formal, apenas dava chancela a uma situação de fato. O cerne da questão está no elemento que proporciona a união dos indivíduos, independente de formalidade, sem o compromisso de aprovações prévias, residindo aí a sua originalidade. Quando não levamos em conta as características anteriores, corremos o risco de visualizá-las, as irmandades coloniais, como simples extensão ou transposição daquelas metropolitanas. De acordo com Caio César Boschi, “nessa medida é que poderia se falar em irmandade de obrigação por oposição às de devoção”<sup>38</sup>. As primeiras estavam sujeitas às jurisdições eclesiásticas e seculares, tendo toda uma estrutura administrativa, como registro de contas que eram postas ao crivo das autoridades. Já as segundas eram isentas de tais formalidades, o que na maioria das vezes impedia-lhes o desenvolvimento.

O que fica claro, é que passa a se disseminar com maior intensidade em toda a colônia, um espírito associativo entre a população, iniciando-se como um direito natural, para só depois se organizar como entidade de direito positivo. Por interferência da igreja e/ou do Estado é que a livre união e associação do começo atingiu uma condição jurídica.

---

<sup>37</sup> PORTO, Manoel José de C. *Repertório da legislação eclesiástica desde 1500 até 1874*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875, p. 236.

<sup>38</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 17.

Na medida em que uma confraria tem poder de agregação, tem-se uma “arquiconfaria”<sup>39</sup>. Os privilégios e indulgências concedidas à confraria agregada eram os mesmos da confraria agregante, embora esta não tivesse poder sobre aquela.

Assim sendo, existia condições expressas para esse procedimento, as quais mencionamos que, era necessário a agregação solicitar sua concessão a Santa Sé, pois, seu poder só poderia ser exercido pessoal e intransferivelmente pelo dirigente máximo da arquiconfaria ou pelo Geral da ordem religiosa (quando fosse o caso); assim a confraria agregada seria canonicamente ereta, e a ereção efetivada pelo ordinário considerado como suficiente. Mas isso não era tudo, pois era fundamental a identidade de nome e de fins entre as arquiconfrarias agregante e agregada, e essas não poderiam estar agregada anteriormente a outra confraria, uma vez que sua formulação se faria nos termos dispostos na Constituição Quaecunque que requeria uma prévia anuência, por escrito do ordinário do lugar, com observância a certas regras, bem definidas pelo Direito, relativamente às indulgências comunicadas, como por exemplo, a de filiação desse direito a participar exclusivamente das indulgências comunicáveis, isto é, a arquiconfaria agregante não poderia transmitir à agregação se não as indulgências que ele como direito de transmissão e não aquelas que eram particular e, portanto, incomunicáveis, pois a agregação se forma perpétua e definitiva.

Na colônia a noção de confrarias esteve relacionada com homens pardos, pois é uma forma de identificação importante para avaliar a sociedade escravista e da dominação colonial sobre essa sociedade.

As ordens terceiras, como associações Pias, tinham uma preocupação fundamental com a correção da vida cristão de seus membros, diferentes das confrarias, que tinham como objetivo incremento do culto público. Os terceiros, mesmo pertencendo a um sistema secular, vinculam-se a uma ordem religiosa, de onde extraem e adaptam regras para uma vida cristão

---

<sup>39</sup> *ibid*, p. 17.

no mundo. As regras para tal desempenho sócio-religioso “devem ser aprovadas pela Santa Sé”<sup>40</sup>.

A existência de ordens terceiras condiciona-se a aprovação dos gerais ou das províncias das ordens religiosas correspondentes, os únicos que gozam de privilégios concedidos pela Santa Sé para este fim. Em contrapartida, essa filiação permite que as terceiras seculares gozem de diversas graças e indulgências concedidas por Roma às ordens primeiras.

A admissão é extremamente mais seletiva que nas irmandades, tanto no que diz respeito aos requisitos a candidatura, quanto ao processo de sindicância, para não mencionar o ritual de profissão. Em geral, as ordens terceiras se caracterizam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada.

Ser membro de uma ou mais ordem terceira representava um acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela. Isso proporcionava imediata obtenção de privilégio, graças e indulgências, significava uma maior proximidade em relação ao poder, tendo sua proteção. Por causa desse fato, o número dessas associações rapidamente aumentou. Algumas irmandades logo procuraram se transformar em ordens terceiras. Paralelamente a esse processo, alguns dissidentes de ordens terceiras não sediadas em seus locais de residência, partiram para a criação de suas próprias ordens. Esses desligamentos não se deram de maneira pacífica, pois provocaram conflitos, já que eram acionadas autoridades e todo tipo de pessoas que pudessem ser úteis às suas causas, sem mencionar a quantidade de dinheiro que esvaia-se dessas disputas. Por causa disso, foi necessário controlar o vertiginoso crescimento dessas ordens terceiras. A Santa Sé deu-se conta do fenômeno e pela bula *Romanus Pontifex*, de 30 de março de 1732, o Papa Clemente XVII “reduziu as ordens terceiras de seculares à sua condição primitiva de confrarias, revogando todas as Bullas

---

<sup>40</sup> CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. CÂN. 702 (op. cit, p. 280)



concedidas pelo Papa Benedicto XVIII, a favor das dictas ordens, e nomeadamente a Bulla Panterna Sedis, de 10 de dezembro de 1725, e anulou todos os privilégios, graças, favores, indultos, isenções, faculdades, declarações, decretos, proibições, mandatos; que naquelas se continham”<sup>41</sup>.

Também o Estado português se deu conta e agiria no momento oportuno, fazendo com que fossem limitados em suas atribuições.

As irmandades tiveram como motivação inicial a congregação de pessoas em torno de um santo padroeiro, comum, comprometendo-se em promover e manter a devoção a este. Criados basicamente por leigos, as irmandades procuraram preservar sua conotação popular, dentro dos limites eclesiásticos e financeiros que tinham. Assim, as irmandades se estruturavam como associações onde o espírito de independência e exclusivismo se impôs de forma acentuada, que seria decisivo para os choques de interesse entre colônia e metrópole. Na medida em que praticavam isso, também desempenhavam importante função histórica de serem o único veículo colonial com capacidade de manifestar, por meio das classes populares mais baixas, liberdade e autonomia. Por esse motivo, mas de forma contraditória, se transformaram em “um eficiente agente de colonização, pois que, a par de ser um local privilegiado de afirmação das identidades culturais étnica ou sociais de seus integrantes, não perderam o traço de instituição européia e, portanto, identificadas com a política colonizadora.”<sup>42</sup> Servindo, assim como meio de enquadramento do negro aos padrões culturais do branco, por exemplo. Ao mesmo tempo em que era permitido ao negro associar-se a comunidades leigas de homens de cor, Estado e Igreja facilitavam a associação da religião cristã, permitindo ao negro uma forma de sincretismo, na qual era dirigido e planejado as formas de contatos religioso dos negros com os brancos, no sistema de assimilação e fixação daqueles ao mundo destes. Para Eduardo Hoornaert, havia um sentido

---

<sup>41</sup> MONTEIRO, Antonio Xavier de S. Código das confrarias. Coimbra: imprensa da Universidade, 1870, p. 237-8.

<sup>42</sup> MOONAERT. Eduardo. História da Igreja no Brasil. T.2, 3ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1983, p. 386.

implícito nessa questão das irmandades de negros: “a presença do homem branco junto ao negro era niveladora (no sentido que nivela a diversidade das nações africanas existentes no Brasil) e hierarquizadora (no sentido que introduziu a ética do privilégio e conseguiu dessa forma atrair os pretos para o sistema). No papel de benfeitor, protetor ou representante, jurídico, a função do branco junto ao preto sempre foi a mesma, nas confrarias, nos compadrios, nos apadrinhamentos de batismo ou casamentos: a de atrair o homem preto para o mundo branco. Desta forma fica bem claro que as irmandades provocaram em parte a progressiva integração dos africanos na sociedade colonial”<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup>HOONAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. T.2, 3ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1983, p. 386.

### **3 – A IGREJA DE SANTO ANTÔNIO E A DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS NO CASO NORTE – RIOGRANDENSE.**

No plano local, as duas igrejas abordadas neste trabalho estão distribuídas na concepção relacionada entre irmandades leigas e extrato social. Enquanto que a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos era formada por uma irmandade de homens de cor, escravos e libertos, para que estes pudessem praticar seus atos católicos em uma Igreja própria, a Igreja de Santo Antônio era um local de concentração de elite natalense, abrigada num Templo barroco de excelência, que comporta todos os detalhes dessa manifestação, tanto em sua fachada, como nos detalhes do altar e do corpo da Igreja como um todo.

A diferenciação entre o nível sócio-econômico expresso nos dois templos fica evidente quando comparamos os dois. Apenas olhar para as duas fachadas delimita como e o quanto estão separados aqueles que ocupam os bancos das duas Igrejas, a Igreja do Rosário dos Pretos apresenta linhas simples, sem nenhum refinamento estilístico ou arquitetônico, disposto de uma forma similar a das capelas de engenho do século XVIII, sendo formada apenas por capela – mor e nave. Os componentes arquitetônicos auxiliares como nave lateral, coro, sacristia e torre são posteriores ao modelo original, o que fica evidenciado pelo emprego de materiais e técnicas diferentes do restante do edifício.

### 3.1 Igreja de Santo Antônio: estrutura arquitetônica e constituição social.



A Igreja de Santo Antônio, abriga todos os componentes clássicos do Barroco, distribuídos em um conjunto arquitetônico formado por corpo central, ala lateral e uma torre quadrangular. O consistório, as portadas, os frontões e o coroamento das torres são evidências claras da arquitetura barroca. É de importância lembrarmos que a arquitetura conhecida como barroca só foi difundida no território nacional a partir da quarta década do século XVIII, quando as plantas curvilíneas passam a dominar a arquitetura, um conjunto com a decoração externa das fachadas.

Como a Igreja de Santo Antonio é de conclusão posterior à 1850, como está expresso na fachada, é óbvio que a proximidade e influência de Recife, que absorvia todas as características estilísticas europeias com maior rapidez, fizeram com que essas técnicas fossem utilizadas na referida Igreja.

No templo de Santo Antonio, que também recebeu o nome de Santo Antonio dos Militares, o consistório era utilizado como sede do Quartel da primeira companhia policial da cidade, que passou a funcionar ali desde 4 de novembro de 1862. Já numa publicação do

SPHSN, a data de 1862 ou “fins de 1861 representa até quando o consistório foi ocupado pela companhia de policia”<sup>44</sup> Nessa passagem fica evidente, mais uma vez a diferença entre as duas Igrejas, enquanto que a Igreja de Santo Antonio pode até se dar ao luxo de possuir duas versões a respeito das datas de ocupação da Igreja por um quartel de polícia, a Igreja do Rosário apresenta poucas informações, tanto a respeito de sua fundação quanto de sua restauração. Isso mostra como a influência sócio-econômica exprimi-se tanto no contexto histórico, como com igual capacidade delimitadora, nos acessos a esse mesmo contexto histórico.

Voltando a igreja de Santo Antonio, houve um período em que ela se chamou de Santo Antonio dos Militares, sendo sede da irmandade de mesmo nome, cujo compromisso foi aprovado pela resolução 238, de 22 de setembro de 1851, assinada pelo presidente da província, Dr. José Joaquim da Cunha. Essa irmandade ou Pia associação fora fundada pelos comandantes das forças militares da Província, José Lucas Soares Raposo da Câmara, Major – Comandante da Fortaleza dos Reis Magos, José Bento Álvares, Capitão – Comandante da Companhia Fixa da Primeira Linha, Matias Carlos de Vasconcelos Monteiros, Capitão – Comandante do corpo de Polícia, e seus oficiais inferiores, cadetes, cabos, soldados e cornetas, “para a conservação da Igreja de Santo Antônio dos Militares dessa cidade, de que é particular padroeiro do Sagrado Culto da Religião Católica, festividade do dito Santo, e benefício espiritual de cada um dos associados”<sup>45</sup>.

Quando se criou o corpo de Polícia da Província do Rio Grande do Norte, em 04 de novembro de 1834, a Igreja serviu de alojamento como já ficou dito. Daí entende-se que a associação entre Igreja e Corpo Policial, tinha razão de ser não apenas no que se refere a uma necessidade física, mas de ordem litúrgica e operacional para a irmandade.

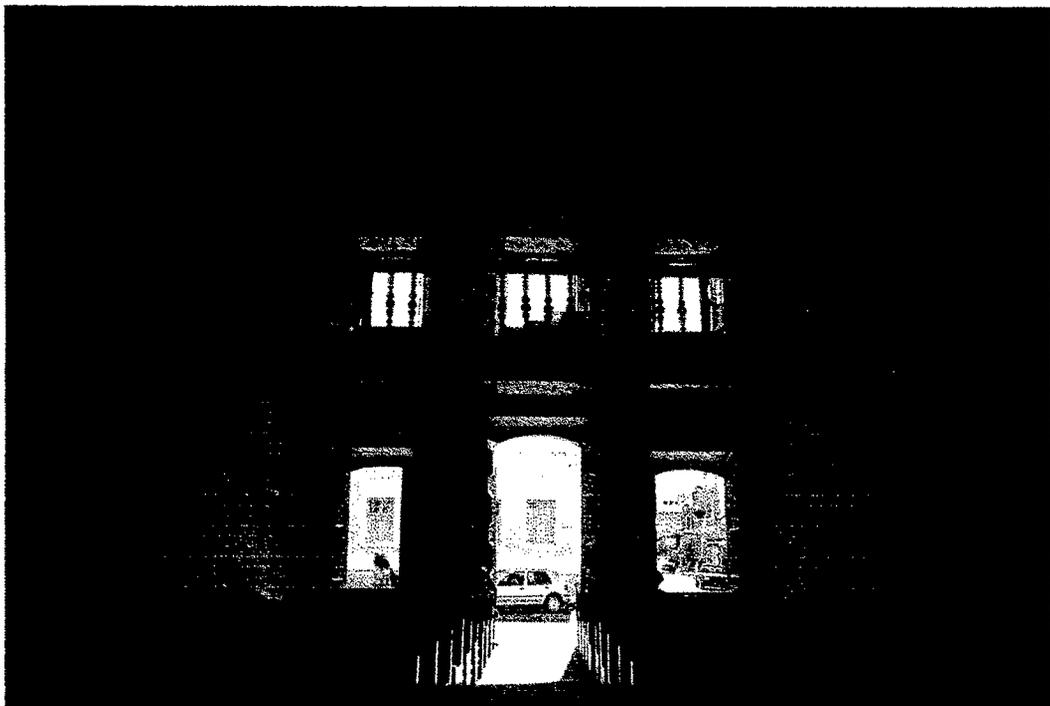
---

<sup>44</sup> MEMÓRIAS DE RESTAURAÇÃO. Igreja de Santo Antonio. Natal/RN. Fundação José Augusto, vol. 1

<sup>45</sup> *ibid.* p. 04.

Cascudo, em sua Acta Diurna, de 7 de dezembro de 1939, aponta que a construção da Igreja de Santo Antônio dataria de um período anterior à 1763. Pois numa carta do alferes José Barbosa de Gouveia há uma menção à “rua nova de Santo Antônio”<sup>46</sup> numa carta de data que exprime-se ‘(...) no caminho que vai (...) encostando (...) na mesma rua da Igreja Santo Antonio’ este registro é datado de 15 de julho de 1763.

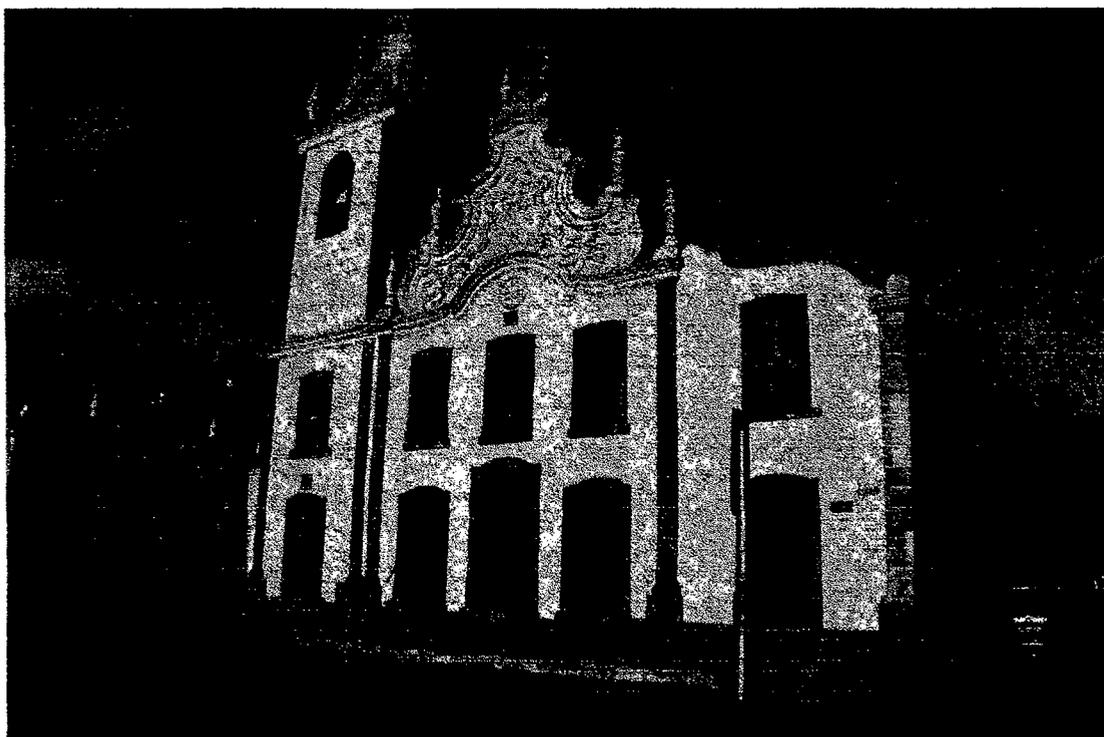
Como tantos outros templos brasileiros do século XVIII, a Igreja de Santo Antônio foi construída por partes. A nave principal foi a primeira a ser erigida, seguindo-se, de imediato, a construção da torre, com uma diferença de pouco mais de 30 anos entre a



Conclusão da parte correspondente à nave principal, 1766, e a torre, que data de 1799. Anos depois é que se erigiu a ala lateral. Ainda não se encontrou nenhum documento que revele com exatidão a data de construção dessa ala, sabendo-se, apenas, que no início do século XIX ela já existia, pois aparece em uma fotografia, de autor ignorado, datada dessa época.

<sup>46</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Acta diurna in a Republica, A Republica, Natal-RN, 7 de Dez. de 1939.

No que se refere a ocupação do espaço físico do Consistório pelo Corpo de Polícia da capital, e a conseqüente formação de uma irmandade de Santo Antonio dos Militares, Cascudo aponta que havia uma tabela de contribuição estabelecida de acordo com a hierarquia militar. Prevendo-se o caso da irmandade possuir altas patentes no seu quadro. “Das existentes, o Major pagava seiscentos réis, o Capitão quatrocentos réis, o Tenente trezentos e vinte réis, o Alferes duzentos e quarenta réis, o Sargento ajudante e Quartel-Mestre duzentos réis, o Primeiro Sargento cento e oitenta réis, Segundo Sargento cento e sessenta réis. O Furriel cento e quarenta réis, o Cabo cento e vinte”<sup>47</sup> e por último, “Cadetes, Soldados e Cornetas, cem réis,”<sup>48</sup> que eram pagos por mês. A irmandade vestia capa, até as curvas como determinava seu regimento interno e “borlas encarnadas, não tenho notícias maiores de sua eficácia e esplendor festivo”<sup>49</sup> A Igreja também, possuía um patrimônio físico regular, constituído de casas de aluguel, que segundo Cascudo, “desapareceram sem rastro.”<sup>50</sup>




---

<sup>47</sup> *ibid.*

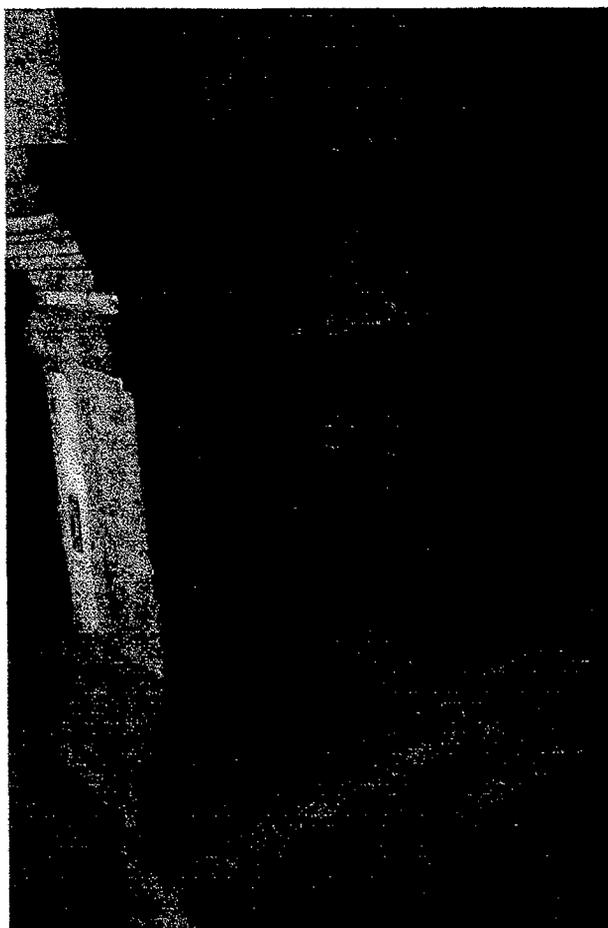
<sup>48</sup> *ibid.*

<sup>49</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Acta diurna in a Republica, A Republica, Natal-RN, 7 de Dez. de 1939.

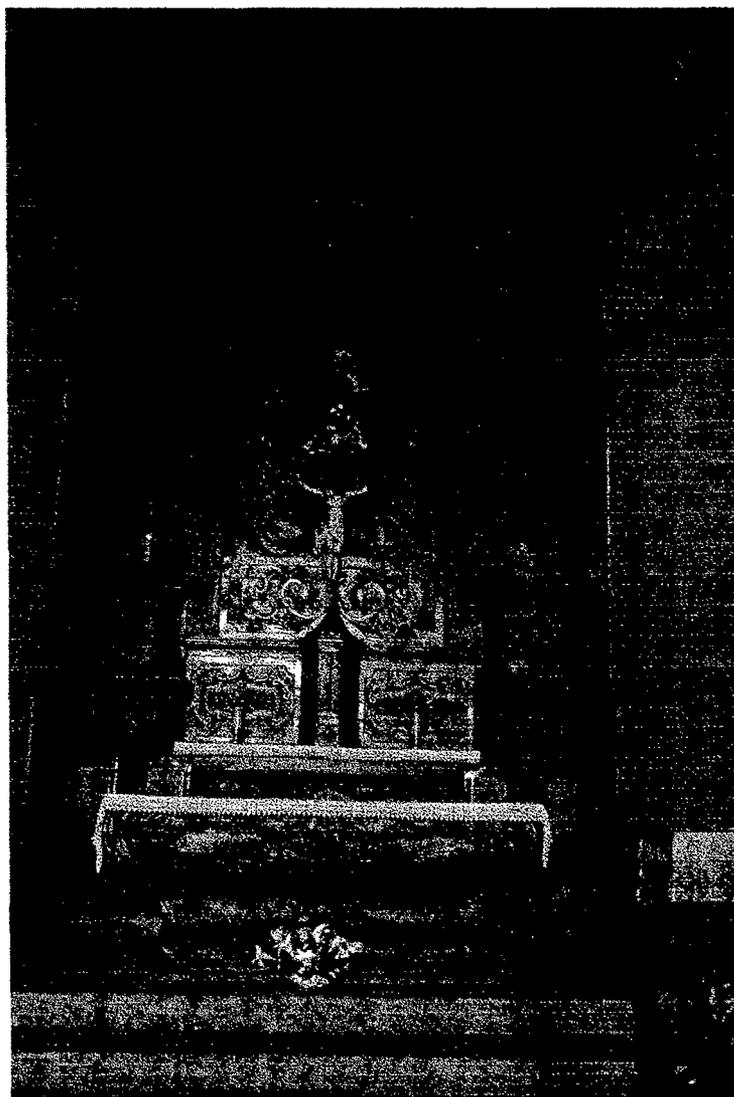
<sup>50</sup> *ibid.*

Em sua fachada principal, a Igreja de Santo Antônio possui três portas que se abrem para a nave, as quais possuem um almofadado característico do período setecentista. No que se refere ao nível do coro, existem três janelas e, encimando a janela central, há um óculo entaipado, com uma singularidade que é uma falsa grade, confeccionada em massa. A torre está alinhada com a nave principal, possuindo uma porta de acesso e uma janela ao nível das existentes na nave principal. Quadrada, a torre possui quatro tochas e o coruchéu o cimo, terminando em cúpula de azulejos. O frontispício, bordado com relevos em alvenaria, enquadra-se nas características que marcaram o barroco, contratando com a sobriedade dos pináculos. A Cimalha, ao passar por cima do óculo, eleva-se em curva, a exemplo dos templos católicos nordestinos da mesma época.

Tanto a nave principal, quanto a torre, apesar de concluídas em épocas diferentes, foram construídas utilizando-se materiais e técnicas idênticas. Os cunhais e suas bases,



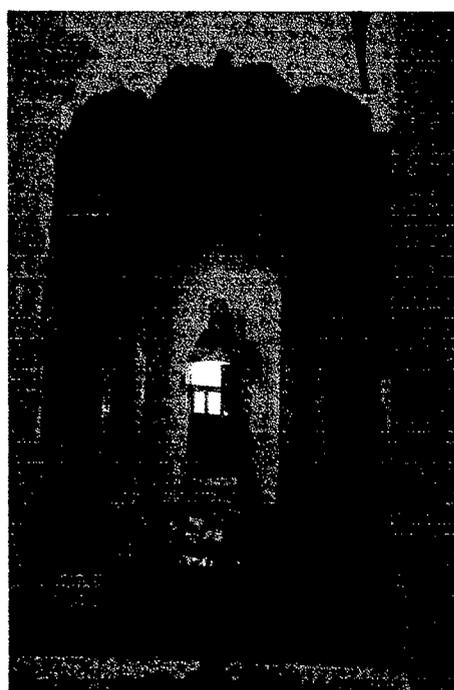
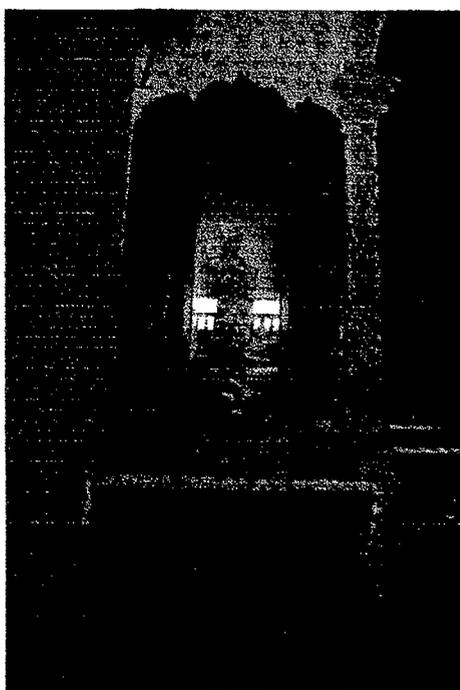
as cercaduras das portas e janelas, foram feitos em pedra e arenito. Já na construção da ala lateral foram empregados outros materiais, como é o caso do cunhal existente na extremidade desta ala, que “além de arenito possui algumas partes confeccionadas em massa.”<sup>51</sup> Interiormente, a Igreja de Santo Antônio é marcada pela simplicidade, tomando-se por base o contexto barroco da qual faz parte. Não há registro, em qualquer época, de pinturas ou talhas no forro ou nas paredes laterais. No entanto, por volta da década de 70 (setenta) do Século XIX, segundo informações locais, o interior da nave possuía uma barra de azulejo fixado nas paredes laterais. Tais azulejos foram retirados por iniciativa dos padres responsáveis pela Igreja.



---

<sup>51</sup> MEMÓRIAS DE RESTAURAÇÃO. Igreja de Santo Antonio. Natal-RN, Fundação José Augusto, vol. 1.

Na Igreja Santo Antônio, o retábulo da capela-mor é em madeira, muito recortado, característico do período final do barroco, da mesma forma que os dois altares laterais. O arco-cruzeiro é em pedra de arenito e tem um perfil bastante harmonioso. Existem duas partes laterais: uma que dá acesso ao claustro do convento e outra que abre para a ala lateral.

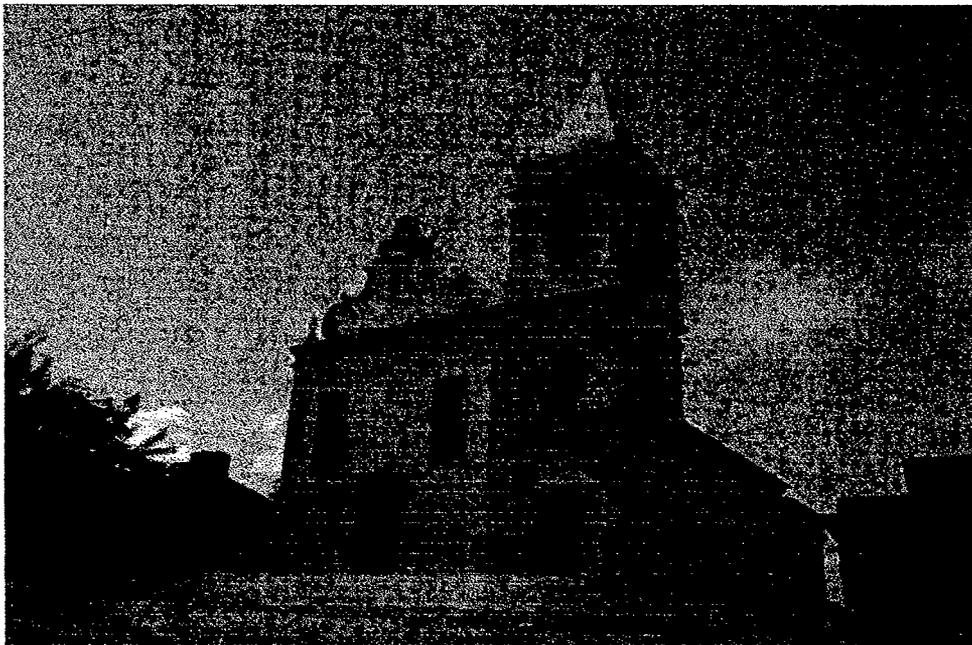


Além de ocupar seu consistório com uma Companhia de Polícia, a Igreja de Santo Antonio também foi sede do Colégio Marista, denotando aí sua importância na estratificação social natalense.

O colégio Diocesano foi fundado em 2 de março de 1903, funcionando no espaço da Igreja e em uma casa vizinha à fachada principal. Em 26 de março de 1929, o Colégio passou para a direção da Congregação dos irmãos Maristas, que, em 1938 construíram uma nova sede na rua Apodi, a partir de então, as instalações da Igreja passaram à responsabilidade dos Frades Capuchinhos para o funcionamento do Convento Santo Antônio.

### 3.2 A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos: formação estilístico – arquitetônico e estrato social correspondente.

Não é apenas no estilo arquitetônico que os dois Templos diferenciam-se, o estrato social que vai ocupar os bancos dessas Igrejas também é diferente, na Igreja do Rosário os elementos sociais são aqueles que até então não tinham uma representatividade física de sua condição de classe marginal, os negros forros, os escravos e em igual escala, os pardos e pobres em geral. Essas pessoas vêem na edificação de um Templo exclusivo para suas atividades litúrgicas, uma forma de ter seu lugar na sociedade definido, criando nesses indivíduos, a nosso ver, uma identificação de classe, na medida em que estavam reunidos num mesmo conjunto, com suas reuniões próprias e a festa de sua padroeira.



Considera-se sua edificação anterior à 1774, sendo que existem documentos que já citam a necessidade de se construir uma Igreja “para o atendimento às classes menos favorecidas”<sup>52</sup>.

<sup>52</sup> NESI, Jeane F. Leite. Natal monumental. Natal-RN. Fundação José Augusto: Associação Potiguar de Educação e Cultura, 1994.

Essa preocupação pode ser verificada em dois momentos diferentes, numa há o requerimento enviado ao Senado da Câmara de Natal por Antônio Henrique de Sá, que data de 03 de novembro de 1706, a respeito da concessão de “uma determinada área para construir uma Igreja que servisse aos devotos de Nossa Senhora do Rosário”<sup>53</sup>. No outro, o então vigário de Natal, Padre Simão Rodrigues de Sá, em 2 de julho de 1774, pede em nome da Igreja “as terras devolutas defrontes do cruzeiro da Igreja, indo pela estrada que vai desta cidade para a Ribeira.”<sup>54</sup> Dessa data em diante, a Igreja é muito citada nas petições dirigidas ao Senado da Câmara.

Como as Igrejas da primeira metade do século XVIII, apresentavam fachadas ainda retilíneas e de grande simplicidade ornamental, sendo esses templos delimitados externamente por um volume retangular, ligeiramente desigual por causa dos ressaltos que marcaram os desníveis de altura dos telhados. Dentro desse volume os cômodos se encaixam logicamente uns nos outros, englobando nave, capela-mor. Sacristia transversal nos fundos do edifício e corredores em toda a extensão lateral. Um segundo pavimento forma tribunas sobre os corredores e adiciona um segundo pavimento acima da sacristia, que recebe o nome de consistório e é destinado as reuniões das irmandades.

Assim, é fácil de identificar que, enquanto uma Igreja possuía sua construção apadrinhada por uma irmandade de negros, fossem eles forros ou escravos, além de brancos e pardos pobres, a outra era o Quartel de uma companhia de Polícia, companhia essa que abrigou-se no consistório do tempo desde sua fundação.

Com isso, fica delimitado qual era a zona de influência social de uma ou de outra, estabelecendo como se comportavam os membros das duas irmandades.

A Igreja do Rosário só veio possuir consistório quando ergeu-se a sacristia, que ficava sobre ele, compondo juntos o segundo pavimento. A partir de estudos feitos quando da

---

<sup>53</sup> CASCUDO, Luiz da Câmara. História da Cidade do Nata. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>54</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Acta diurna in a Republica, A Republica, Natal-RN, 7 de Dez. de 1939.

reforma, que estabeleceu que ala lateral foi erguida em conjunto com a torre, pois há uma grande arcada, ligando os dois setores. Segundo ainda o relatório da reforma, seria pouco provável que tal arcada estabelecesse a ligação da torre com o exterior, caso não existisse a da lateral.

Ainda sobre a torre, uma escada helicoidal, em madeira, dá acesso ao pavimento superior dela que por sua vez liga ao coro através, de uma porta.

A fachada principal da Igreja é marcada pela simplicidade de suas linhas. Uma porta e duas janelas ao nível do coro apresentam seus vão em arco abatidos. Outra porta, com vão em verga reta, dá acesso à torre.

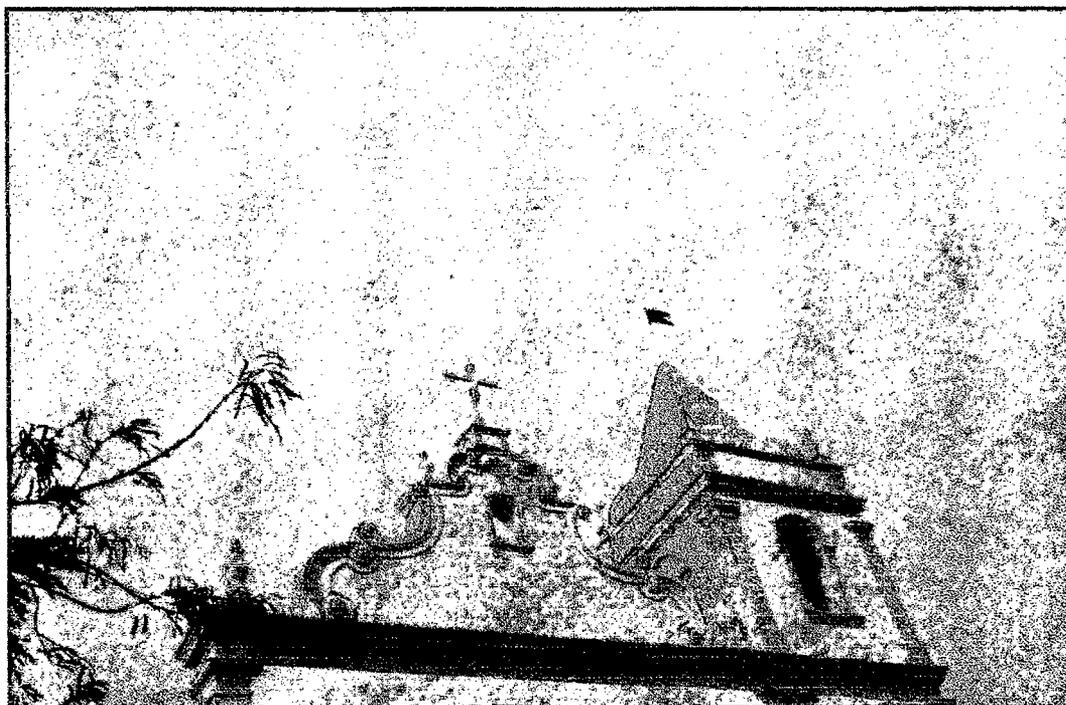


Aproveitando-se da matéria abundante no local da construção, o calcamento do pátio externo é do tipo 'pé-de-moleque' que utiliza a chamada pedra de maré, o que barateava custos de construção e dava ao prédio uma simplicidade, associado a uma noção de identidade, na medida em que unia elementos da terra, neste caso físico, com elemento local humano, que se identificava com o estuário do rio Potengi, tão próximo e de grande

importância na sobrevivência daqueles homens que participavam da construção da Igreja, pescadores, feirantes e trabalhadores braçais como um todo.

Nos documentos sobre a Igreja do Rosário e de sua irmandade fundadora, não há registro acerca de tabelas de contribuintes de seus membros, supondo-se que essa contribuição fosse muito menos monetária do que de trabalhos de mãos-de-obra, o que é comprovado pelos componentes arquitetônicos e artísticos do templo, que apresentam uma datação muito maior que a Igreja de Santo Antônio, por causa dos períodos em que as partes do edifício foram construídas, dada a falta de condições materiais.

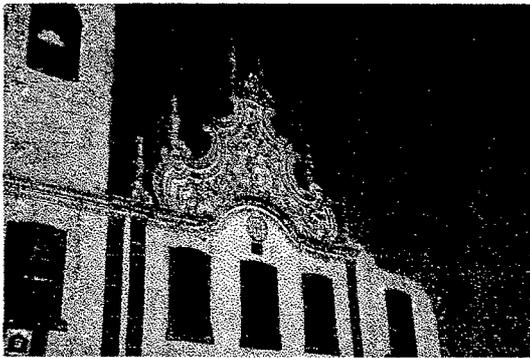
A Igreja do Rosário apresenta um frontão de curvas e volutas sem elementos decorativos, sendo sua simplicidade compatível com a de seus devocionários, aqueles que não possuíam nada, sendo o local dos casamentos, batizados e festas dos pobres, pretos e escravos, que encontravam nela, um modo de praticar sua religiosidade, de acordo com sua posição social.



Com o crescimento da vida religiosa na Capitania do Rio Grande do Norte, foi construída a segunda Igreja de Natal em 1713 e 1714, com a invocação de Nossa Senhora do

Rosário dos Pretos, com sua imagem posta no frontão. Para Cascudo: “É o tipo de Igreja primitiva, o simples caixão, com a nave, sem ornato, e a torre, mais convencional que útil”<sup>55</sup>

Em 1713 já existia uma imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, fazendo suas festas, recolhendo esmolas para a casa de sua padroeira. “Também era naquele espaço que se sepultavam os corpos abandonados daqueles que tinham sofrido pena de morte,”<sup>56</sup> ainda segundo Cascudo. Apesar de serem contemporâneas, a Igreja de Santo Antônio e a do Rosário estão afastadas no tempo, dada a riqueza de adornos daquela, que apresenta em seus relevos e volutas uma arte cuidada, em contraste com a simplicidade da Igreja do Rosário.



No que se refere à restauração, as duas Igrejas diferem bastante, já que o projeto de restauração da Igreja de Santo Antônio foi aprovado em 29 de março de 1983. A Igreja do Rosário, por sua vez, teve seu projeto de restauração aprovado em 30 de novembro de 1987.

<sup>55</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. História da cidade do Natal. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

<sup>56</sup> *ibid.*

### 3.3 A evolução do estilo artístico arquitetônico e a influência Pernambucana

Como Recife era o centro político-administrativo durante os séculos XVII e XVIII, no Nordeste brasileiro, e ficou até por volta de 1820 como sede administrativa da Província do Rio Grande, a sua influência sobre Natal era muito intensa, tanto é que as construções religiosas daqui utilizam técnicas e modelos artístico-arquitetônicos desse centro.

A evolução do Barroco em Recife, representava aqui também mudanças no estilo e nas formas. A evolução faz-se no sentido de maior simplificação e elegância dos volumes, tornando-se os corredores das Igrejas mais estreitos, ou reduzido às laterais da capela-mor a partir da segunda metade do século.

A esse exterior simples e despojado, contrapõe-se a exuberância decorativa da ornamentação interna, que imperava um estilo barroco desde fins do século XVIII. É nesse período que surgem expressões do tipo “Igreja forradas de ouro”<sup>57</sup> que eram suntuosas cavernas douradas, com paredes e tetos inteiramente revestido de talha dourada e pinturas encaixadas em opulentas molduras formando caixotões. No caso específico dos templos natalenses, esse tipo de arquitetura não foi difundido, dadas as limitações financeiras da província do Rio Grande, mas é necessário citá-lo para exprimir o estilo barroco que norteou as construções abordadas nesse trabalho.

Até por volta de 1730 o estilo dos retábulos é o chamado nacional português, que pode ser identificado pelo emprego de colunas torsas como elemento de suporte, decorados profusamente com enrolamento de folhas de acanto ou videiras, pássaros fênix e figurinhas de anjos. Na parte superior, essas colunas são interligadas por arquivoltas do, mesmo formato, toda a estrutura deixando um amplo núcleo central aberto, destinado à colocação da imagem do santo padroeiro. É importante frisar que as dimensões determinavam sempre a altura e o

---

<sup>57</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Arquitetura Religiosa*, São Paulo: USP/FAU (6).

número de degraus escalonados do trono destinados à sua apresentação, variando as dimensões de ambos os elementos em sentido inversamente proporcional.

O retábulo nacional português, estilo difundido em todo o Brasil, foi reproduzido à exaustão, sem ter variações, mas diversas regiões da colônia, ao longo das três primeiras décadas do século XVIII. Conjugado aos ferros em caixotões, característicos do período, tipificam os interiores religiosos do primeiro ciclo barroco brasileiro.

Por volta da quarta década do século XVIII, modificações fundamentais são introduzidas no quadro até então estável e homogêneo da arquitetura religiosa colonial. “Modificações processadas de forma diferenciada nos diversos centros religiosos”<sup>58</sup>, em que o desenvolvimento social e político propiciado pela riqueza favorece a constituição de pólos culturais.

Começando pela talha, onde em primeiro lugar se manifestaram modificações estilísticas importantes, temos a progressiva substituição do nacional português pelo chamado estilo joanino, “diretamente inspirado no barroco seicentista romano”<sup>59</sup> e conhecido por este nome por ter “vigorado em Portugal durante o reinado de D. João V, cujas preferências artísticas dirigiram-se para a Itália”<sup>60</sup>, interrompendo o processo autóctone.

Caracteriza-se o retábulo joanino pela importância dada a estatuária integrada na talha, assim como pelo emprego de colunas salomônicas e dosséis no coroamento. As Igrejas desse novo período continuam a se apresentar como “cavernas douradas”, onde todos os espaços disponíveis das paredes e dos tetos são preenchidos pela decoração de acordo com o princípio barroco do horror vacui. Na ornamentação dos tetos, desaparecem os caixotões para darem a pinturas ilusionistas, que recobrem forros abobadados em tabuado corrido, especialmente concebidos para receberem este tipo de pintura.

---

<sup>58</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Arquitetura Religiosa*, São Paulo: USP/FAU (6).

<sup>59</sup> ZANINI, Walter (Org.) *Historia geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1983, v. 2.

<sup>60</sup> MOURA, Pedro Rebouças de. *Fatos da História do Rio Grande do Norte*. Natal Cia editora do RN, CERN, 1986, p. 159.

No caso específico das Igrejas abordadas nesse trabalho, as características de pintura ilusionista não são empregadas, mas dimensionam o quanto a realidade natalense estava distante do barroco praticado em Recife, por exemplo, que abriga todas essas características. Ao mesmo tempo em que existia uma diferença hiante entre a Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Pretos e a de Santo Antônio, essa diferença proporcional se manifestava também entre as Igrejas natalenses e as de Pernambuco, que era um centro cultural e religioso para o Nordeste brasileiro.

Exemplificando o citado anteriormente, é interessante transcrever as impressões do sétimo bispo de Olinda, Dom Frei Luiz de Santa Tereza, quando de sua visita a Natal em 1746. Comunica o Bispo ao Papa Benedito XIV, “Natal, tão pequena, que além do título de cidade, Igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade”<sup>61</sup>, arrematando sua péssima impressão com o trocadilho: “da cidade do Natal, ou não tal como em vista de sua pequenez, por graça se diz”<sup>62</sup>.

Para externar tão grande desprezo, tinha o bispo provavelmente observado as poucas casas, a Matriz sem torre com o sino pendurado numa janela e a pequena Igreja do Rosário dos Pretos, que sequer merece menção em sua carta ao Papa. As igrejas de Santo Antônio e Bom Jesus das Dores, no centro e na Ribeira, respectivamente, ainda não existiam.

Por mais que se tivesse praticado livremente a pintura ilusionista no Brasil, surge uma discrepância das pinturas em perspectiva ilusionistas dos forros das Igrejas brasileiras, comparativamente aos protótipos europeus, é a ausência da visão em perspectiva do quadro central com personagens. Essa adaptação pode ser explicada, no entanto, pela tradição lusitana do quadro de altar, predominante nas duas Igrejas abordadas neste estudo, e que consistia em uma possibilidade de comunicação mais direta com os santos, retirados assim da altura em que se encontravam, para uma situação familiar e tranquilizadora.

---

<sup>61</sup> MOURA, Pedro Rebouças de. Fatos da História do Rio Grande do Norte. Natal Cia editora do RN, CERN, 1986.

<sup>62</sup> *ibid.*

Quando são conjugados os retábulos de estilo joanino e os tetos em pintura ilusionista, pressupõe-se que há uma conjugação perfeita entre essas duas técnicas estilístico – artísticas do barroco, mas essa realidade não era verdadeira. Primeiro porque havia uma insuficiência de recursos financeiros para levar adiante duas frentes simultâneas de trabalhos dispendiosos, e porque esses trabalhos quase nunca eram feitos em conjunto.

No caso natalense, essa junção nunca foi possível, dado o nível financeiro da Capitania do Rio Grande, e também porque, como já foi dito, se em centros como Recife já era difícil conciliar essas técnicas, o que não dizer de Natal, que era periférica à Pernambuco.



## CONCLUSÃO

A instauração do Barroco como movimento artístico e sua conseqüente adoção como modelo arquitetônico pela Igreja Católica, foi o eixo norteador do presente trabalho, ressaltando em que aspectos as idéias oriundas do catolicismo influenciaram o Barroco e como essas manifestações desenvolveram-se no Brasil e mais precisamente, como pode ser observada no Rio Grande do Norte, nas Igrejas de Santo Antonio e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ambas localizadas em Natal.

Outro aspecto importante destacado, é a influência das irmandades laicas no desenvolvimento religioso colonial brasileiro. Desde suas origens na Europa até o momento de participação na vida social e religiosa do Brasil colônia, onde patrocinou a construção de templos católicos destinados aos seus padroeiros.

Ao unir esses dois pontos, a influência arquitetônica do Barroco e a participação maciça das ordens religiosas no contexto social e político colonial brasileiro, estabelecem-se as bases para um estudo da capacidade de influência dos extratos sociais na composição das irmandades laicas e qual foi sua importância na ereção dos dois templos religiosos em questão. Como um templo estava ligado a uma ordem religiosa de homens de cor, fossem eles escravos forros ou não, pardos pobres e, em geral, todo o nível social mais baixo, era representativo desse quadro uma estrutura simples, sem ornamentação, trazendo como justificativa barroca a distribuição dos elementos do esquema arquitetônico do prédio, como sacristia, coro e torre lateral. Já no edifício erigido para as funções religiosas da elite local, têm-se além dos elementos arquitetônicos presentes na Igreja do Rosário, uma ornamentação mais incisiva e relacionada à arte barroca, como fica claro na fachada, no altar-mor na aplicação de uma peça arquitetônica característica do período barroco, o consistório, que no caso da Igreja de Santo Antônio, ganhará nova funcionalidade.

Desse modo, cada irmandade era um reflexo do extrato social local que a freqüentavam, fato que era evidenciado pelos seus membros. De um lado havia a irmandade referente a um grupo marginal, os negros e os pobres em geral. De outro uma irmandade representativa de um grupo social de elite, o que fica claro não só na constituição arquitetônica do prédio como na localização espacial, a Igreja de Santo Antônio numa área nobre, o centro e a do Rosário numa parte mais afastada, típica de um conjunto social marginal. Sendo precisas a participação das duas irmandades no processo de construção das suas respectivas Igrejas.

Pois como destacou-se no decorrer do trabalho, havia a permissão da coroa para o desenvolvimento de irmandades e essas, tinham total liberdade de ação no que se refere a ereção de templos em honra de seus padroeiros, e como Natal sofria influência política-administrativa de Recife, que era a porta de entrada, junto com Salvador, do Barroco no Nordeste brasileiro, houve a absorção de caracteres estilísticos provenientes do centro cultural pernambucano. Essa influência se faz sentir com toda a intensidade na Igreja de Santo Antônio, dada a sua fachada esteticamente barroca e do altar com a talha em madeira, tão evidente na arte barroca.

E como os extratos sociais eram antagônicos, de um lado tinha-se a elite local que contava com um corpo de polícia instalado em suas dependências e, de outro, todos aqueles indivíduos que não tinham como realizar suas funções religiosas até a ereção do templo, que ficou sendo um meio de união dessa massa marginal da sociedade, um espaço de sociabilidade, onde eram praticados além dos rituais católicos como batizados, a festa maior que tinha como ponto culminante a procissão de sua padroeira.

Isso posto, conclui-se que o extrato social vai ser uma influência determinante na constituição arquitetônica dos prédios abordados no presente trabalho, que de forma simples, mas relevante, trás a tona a história dos templos barrocos natalenses.

## GLOSSÁRIO

ALMOFADADO ou ALMOFADA: peça de madeira em relevo sobre a superfície de porta ou janela e encaixada como adorno. Geralmente apresenta forma geométrica.

ARCO CRUZEIRO: Capela-mor.

CANTARIA: obra de pedra aparelhada.

CAPELA-MOR: Capela principal, onde fica o altar-mor.

CIMALHA: arremate superior da parede que faz a concordância entre esta e o plano do forro ou beiral.

CONSISTÓRIO: sala localizada geralmente na a parte posterior das igrejas, onde reuniam-se os religiosos e os leigos membros das irmandades.

CORO: balcão situado por cima da porta central da entrada da Igreja, destinado a abrigar os cantores em cerimônias religiosas.

CORUCHÉU: ornamento geralmente de pedra que coroa fachadas, forros ou frontões dos edifícios. O mesmo que pináculo.

CUNHAL: ângulo externo formado pelo encontro de duas paredes; pode ser de madeira, pedra ou massa variada com o sistema construtivo adotado, sempre, porém, ressaltando da parede.

CÚPULA: parte superior, semi-esférica, em cobertura de alguns edifícios.

FRONTÃO: espécie de empena que serve para coroa a parte central do frantspício da Igreja, quase sempre trabalhada e encimada ao meio por uma cruz.

FRONTARIS: fachada principal. O mesmo que frontspício.

NAVE: parte interna da igreja desde a entrada até a capela-mor.

ÓCULO: abertura ou janela circular ou elíptica, destinada à passagem de ar ou de luz. Por vezes assume formas variadas para efeitos também decorativos.

PINÁCULO: o mesmo que coruchéu.

RETÁBULO: estrutura ornamental em pedra ou talha de madeira, que se elevam na parte posterior do altar. Às vezes é chamado genericamente de altar.

**BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, Emanuel (org.). **O universo mágico do barroco brasileiro**. São Paulo: Serviço Social da Indústria, 1998.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

ÁVILA, Afonso. **Teoria do barroco brasileiro**. São Paulo: perspectiva, 1983.

BOSCHI, Caio César. Sociabilidade religiosa e laica: as irmandades, In: BETHECOURT, F. e CHANDHURI, K. **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Circuito dos Leitores, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e políticas colonizadas em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BANZIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Acta diurna in a Republica**. A República, Natal-RN, 7 dez. 1939.

CASTELO-BRANCO, Fernando. **Lisboa seiscentista**, Lisboa: Horizonte, 1990.



CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Cân. 702 e 707. de LORENZO, Miguelez Dominguez et alli. 1ª e 2ª ed. Madri: La Editorial Católica, 1947.

FLEXOR, Maria Helena O. **Oficinas mecânicas e a vida continuada no Brasil**. Oceanos, Rio de Janeiro, nº 42, abril / junho, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquitetura Religiosa**. São Paulo: USP / FAU (6).

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco mineiro**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1968.

MEMÓRIAS DE RESTAURAÇÃO. **Igreja de Santo Antônio**. Natal/RN. Fundação José Augusto. V. 1.

MONTEIRO, Antonio Xavier de S. **Código das confrarias**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1970.

MONTREADO, Lucas de. **História de Arte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1978.

HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. T2 In: BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da história do Rio Grande do Norte**. Natal Cia editora do RN, CERN, 1986.

NESI, Jeane F. Leite. **Natal monumental**. Natal, RN: Fundação José Augusto / Associação Potiguar de Educação e Cultura, 1994.

NEVES, Joel. **Idéias filosóficas do barroco mineiro**. Belo Horizonte / São Paulo: italiaia / UEP, 1986.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro (org.). **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: Noel, 1991

PORTO, Manoel José de C. **Repertório da legislação eclesiástica desde 1500 até 1874**. Rio de Janeiro: Garnier, 1875.

ZANINI, Walter (org.) **História da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1985. v2.